



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CAMPUS CAJAZEIRAS**

**RENILDO DE MOURA GUEDES**

**NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL:  
POSSÍVEIS IMPACTOS NO ENSINO DA GEOGRAFIA.**

**CAJAZEIRAS - PB  
2023**

**RENILDO DE MOURA GUEDES**

**NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL:  
POSSÍVEIS IMPACTOS NO ENSINO DA GEOGRAFIA.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciado em Geografia.

**Orientador (a):** Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa

**CAJAZEIRAS – PB  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

G924n	<p>Guedes, Renildo de Moura. Novo ensino médio no Brasil: possíveis impactos no ensino da Geografia / Renildo de Moura Guedes. - Cajazeiras, 2023. 37f. : il. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Ensino de Geografia. 2. Novo ensino médio. 3. Impactos. 4. Ensino médio –Brasil – impactos. I. Pessoa, Rodrigo Bezerra. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 91: 37

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

**RENILDO DE MOURA GUEDES**

**NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL:  
POSSÍVEIS IMPACTOS NO ENSINO DA GEOGRAFIA.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Aprovado em: 19 / 06 / 2023

**BANCA EXAMINADORA:**



Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa – Orientador  
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – Examinadora interna  
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dr. Aldo Gonçalves De Oliveira – Examinador interno  
UNAGEO/CFP/UFCG

**Dedico este trabalho à Deus,  
amigos e familiares**

## **AGRADECIMENTOS**

É com grande e imensa satisfação poder agradecer a todos que contribuíram para a realização desse grande sonho, seja de forma direta ou indireta. Foram 5 (cinco) anos de grandes lutas e batalhas, porém não estive sozinho, tiveram pessoas ao meu redor, em especial meus colegas de turma Ricardo Silva, Mateus Cavalcanti, Fábio Bento e Everton Queiroz, que me sustentaram e lutaram comigo.

Primeiramente, agradeço a Deus pela sua benevolência e por todo o dom da inteligência e sabedoria que concedestes ao homem na sua dimensão terrena e intelectual, agradeço ao Dono de toda sabedoria, toda ciência e poder regente do universo por ter colocado pessoas muito especiais em meu caminho, ademais, agradeço pelo dom da fortaleza e perseverança que me agraciastes durante toda a trajetória do curso.

Aos meus familiares, grandes guerreiros, quero deixar todo o meu sentimento de gratidão, amor e admiração por vocês, agradeço por toda a motivação e apoio que me destes, obrigado por acreditar e insistir em mim, por sempre lutar em busca do meu melhor e por me amarem tanto, vocês são meus heróis.

A UFCG quero agradecer pelas oportunidades que me destes, pelos ensinamentos e por toda a minha formação, deixo a minha gratidão aos Servidores, aos Docentes, Discentes, Técnicos Administrativos, Equipe Pedagógica, Direção Geral e aos demais setores que compõe a família do UFCG-Campus Cajazeiras.

Aos meus mestres, quero externalizar toda a minha admiração e apreço por vocês, agradeço por toda a formação acadêmica, social e humanitária que me passastes, além disso, sou grato por todos os momentos vivido e por todas as experiências obtidas.

Agradeço de forma grandiosa ao meu orientador Rodrigo Pessoa, que foi de suma importância para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, agradeço por toda a orientação, motivação, apoio e paciência comigo, bem como, por toda a confiança e credibilidade depositada em mim. Você é um grande exemplo de ser humano e profissional nesse mundo, tens assim, a minha admiração. E por último, mas não menos importante agradeço a banca examinadora, formada por Aldo Gonçalves de Oliveira e Cícera Cecília Esmeraldo Alves, por seu tempo e dedicação.

**A clarividência é uma virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo e tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro. (*Milton Santos*)**

## RESUMO

O ensino médio é uma etapa de grande importância para a vida do estudante, é nela que há a preparação para o mercado de trabalho e para a inserção dos jovens em cursos superiores, sendo também, a última fase da educação básica no sistema educacional brasileiro, contudo, a lei nº 13.415/2017 propôs uma reestruturação no modelo de ensino médio no Brasil, principalmente no currículo e na metodologia de ensino. Diversas áreas foram modificadas, principalmente o ensino da Geografia, visto que, as mudanças geram reflexões acerca de seus possíveis impactos, o referido trabalho tem como objetivo principal realizar uma revisão bibliográfica acerca dos possíveis impactos ocasionados no ensino da Geografia em decorrência da proposta do novo ensino médio. Para alcançar o objetivo principal, tem-se os seguintes objetivos específicos: compreender as principais mudanças ocorridas com a proposta do novo ensino médio no Brasil, elencar os principais efeitos ocasionados no ensino de Geografia com o novo ensino médio na educação básica brasileira; realizar uma breve discussão acerca das mudanças no ensino médio brasileiro sob a ótica do ensino da Geografia nas escolas públicas. A pesquisa foi do tipo bibliográfica, os materiais foram coletados em repositórios, revistas, sites educacionais e livros. Percebe-se que a proposta do novo ensino traz consigo impactos negativos como a reformulação dos currículos, flexibilização curricular e desafios para adaptação dos docentes e das escolas.

**Palavras - Chave:** Novo ensino médio. Geografia.Impactos.

## **ABSTRACT**

Secondary education is a stage of great importance for the student's life, it is where there is preparation for the job market and for the insertion of young people in higher education courses, and it is also the last phase of basic education in the Brazilian education system, however, law nº 13,415/2017 proposed a restructuring of the secondary education model in Brazil, mainly in terms of curriculum and teaching methodology. Several areas have been modified, mainly the teaching of Geography, since the changes generate reflections about their possible impacts, the referred work has as main objective to carry out a bibliographical review about the possible impacts caused in the teaching of Geography due to the proposal of the new high school. In order to reach the main objective, the following specific objectives are set out: to understand the main changes that occurred with the proposal of the new secondary education in Brazil, to list the main effects caused in the teaching of Geography with the new secondary education in Brazilian basic education; carry out a brief discussion about the changes in Brazilian secondary education from the perspective of teaching Geography in public schools. The research was of the bibliographical type, the materials were collected in repositories, magazines, educational sites and books. It is noticed that the proposal of the new teaching brings with it negative impacts such as the reformulation of the curricula, curricular flexibility and challenges for the adaptation of teachers and schools.

Keywords:           New           high           school.           Geography.Impacts.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>11</b>
2.1	Objetivo Geral.....	11
2.2	Objetivos Específicos.....	11
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>13</b>
4.1	CONCEITO DE IMPACTO.....	14
4.2	HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE A EDUCAÇÃO BÁSICA..	14
4.3	A LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB).....	17
4.4	A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC.....	19
<b>5</b>	<b>IMPACTOS DA PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA</b> .....	<b>22</b>
5.1	PROCESSO DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR.....	22
5.2	FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DOS ESTUDANTES.....	24
5.3	INTERDISCIPLINARIEDADE, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS.....	27
5.4	FORMAÇÃO DOS DOCENTES PARA LECIONAR NO ENSINO MÉDIO.....	30
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, refletindo diretamente na formação e preparação dos indivíduos para os desafios do mundo contemporâneo. No contexto brasileiro, o ensino médio desempenha um papel de suma importância na trajetória educacional dos jovens, sendo um momento decisivo para a construção de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para a vida pessoal e profissional.

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, de modo que, visa promover o pleno desenvolvimento da pessoa, preparar para o exercício da cidadania e qualificação do trabalho (BRASIL, 1988). A trajetória da vida educacional e da educação básica no Brasil está dividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com duração mínima de 12 anos.

A última fase da educação básica é o ensino médio, que na perspectiva de Souza (2020), é o período em que os conhecimentos obtidos nos anos anteriores na escola são aprimorados e o momento em que os indivíduos começam a refletir acerca de quais passos deseja seguir, majoritariamente, os rumos mais prováveis devem ser o mercado de trabalho ou sequência na formação acadêmica através de cursos superiores e profissionalizantes.

No entanto, o ensino médio no Brasil enfrenta diversos desafios e demanda por mudanças que o tornem mais adequado às necessidades e demandas do século XXI. Nesse sentido, surge a proposta do novo ensino médio, trazendo consigo uma série de transformações que visam promover uma formação mais integral, flexível e alinhada com as demandas contemporâneas.

A proposta do novo ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, propõe uma reestruturação curricular e metodológica, visando a formação integral dos estudantes por meio de uma base comum de conhecimentos e de itinerários formativos que possibilitam a escolha de áreas de conhecimento mais específicas, conforme o interesse e aptidões dos alunos.

Durante o período do ensino médio, o estudante tem em seu currículo diversas áreas do conhecimento, que são distribuídas em formato de disciplinas com áreas de estudo específicas, dentre elas está o ensino de Geografia. A disciplina de Geografia no contexto do ensino médio, possui um papel de suma relevância, pois

tem maior ênfase na esfera social, é nela que o estudante se descobre como “morador do mundo”, assim como compreende que ele é sujeito da produção do espaço geográfico e que todas as ações humanas geram impactos na sociedade (OLIVEIRA, 2017).

A Lei nº 13.415/2017 realizou algumas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ou lei nº 9.394/1996 no que se diz respeito às diretrizes do ensino médio do Brasil, com isto, vale pontuar que, mudanças realizadas no sistema educacional é alvo de discussão acerca de seus possíveis impactos na realidade educacional do Brasil. Desse modo, algumas mudanças na didática e logística de apresentação dos conteúdos das disciplinas para os estudantes começaram a ser aplicadas desde o início do ano de 2022, e a Geografia como componente curricular participa dessas mudanças. Diante dos fatos mencionados, o autor questionou-se quais os possíveis impactos ocasionados no ensino da Geografia em decorrência da implementação do novo ensino médio, e logo foi visto que essas mudanças ocasionaram impactos negativos quanto ao ensino da Geografia, por isso essas mudanças devem ser analisadas e questionadas de forma que fique evidente o quão prejudicial essas mudanças são para o ensino.

A escolha do tema se deu por três razões: Pessoal, acadêmica e social. A primeira, se deu pelo fato de que o autor se sentiu familiarizado com a temática abordada e desejou aprofundar-se na discussão sobre o novo ensino médio correlacionado com o ensino da Geografia. A segunda, trata-se de uma razão que visualiza contribuir com a comunidade científica e profissional desse tempo atual, pois além de ser algo recente, é de grande importância para os acadêmicos da área.

A última, justifica-se devido o tema ser de suma relevância para a sociedade, além de envolver questões educacionais está intrinsecamente relacionada com questões sociais brasileiras.

O referido trabalho de pesquisa está estruturado em três partes: A primeira parte trata-se do referencial teórico para a elaboração do trabalho, nele há a explanação acerca da educação básica no Brasil, o histórico da legislação pertinente ao ensino médio, o novo ensino médio e por último, o ensino da Geografia. Neles também há subdivisões que abordam assuntos relacionados com a seção primária, que foram citadas.

Na segunda parte do trabalho, há os resultados obtidos com a pesquisa realizada, nela há análise e discussão dos resultados. A terceira, considerações finais, nela está contemplada a conclusão do que foi possível se obter com o trabalho realizado.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Realizar uma revisão bibliográfica acerca dos possíveis impactos ocasionados no ensino da Geografia em decorrência da implementação do novo ensino médio.

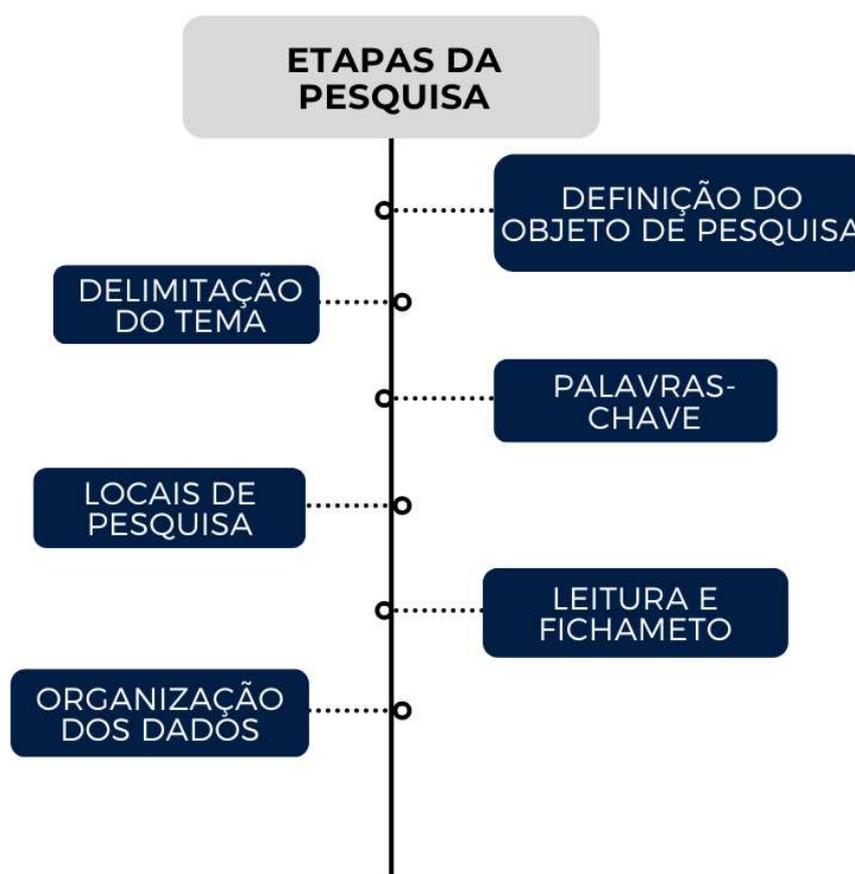
### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender as principais mudanças ocorridas com a proposta do novo ensino médio no Brasil;
- Elencar os principais efeitos no ensino de Geografia com o novo ensino médio na educação básica brasileira;
- Realizar uma breve discussão acerca das mudanças no ensino médio brasileiro sob a ótica do ensino da Geografia nas escolas.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada de maneira sistematizada e organizada através do método científico, qualitativo, para isso, foi necessário realizar a pesquisa em etapas. Como mostra a figura 1, ela está disposta em fases, que foram: Escolha do objeto de estudo, delimitação do tema, escolha das palavras chaves, locais de pesquisa, leitura e fichamento e organização dos dados.

Figura 1 - Fases da pesquisa



Fonte: Própria, 2023.

De acordo com os procedimentos técnicos, a pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica, esse tipo de pesquisa é baseado em busca de materiais já existentes, publicados em locais acessíveis e isento de procedimentos burocráticos para tê-los. Segundo Gil, 2002, a pesquisa bibliográfica:

É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de

uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p.44)

Em relação aos objetivos da pesquisa, ele é do tipo exploratório, que visa aprofundar-se em uma determinada temática e compreender os fenômenos que ocorreram (GIL, 2002). A abordagem dos dados aconteceu de forma qualitativa, que reproduz e analisa os dados através da reflexão e de dados não quantitativos (GIL, 2002), isso se dá devido ao fato de que os dados da pesquisa foram majoritariamente discursivos acerca do tema, sem ou com poucos dados quantitativos que apresentem grande relevância para o entendimento do tema.

O objeto de estudo da presente pesquisa foi o novo ensino médio, direcionado para a abordagem dos possíveis impactos gerados na disciplina de Geografia. A pesquisa bibliográfica será baseada em artigos científicos, leis, monografias e trabalhos publicados em eventos científicos, revistas e sites educacionais. Como critério de seleção dos materiais, foram estabelecidas as seguintes condições: Trabalhos com tempo de publicação inferior a 5 anos, exceto em casos que o material tenha grande relevância para a pesquisa, publicado em língua portuguesa e que esteja em consonância com o tema.

A coleta de dados foi realizada em diversos sites que há uma facilidade maior de encontrar trabalhos científicos. Os locais de pesquisa adotados foram: Periódicos da Capes, Scielo, Google Acadêmico e repositórios. As palavras chaves utilizadas para a realização da busca dos materiais foram: Impactos, novo ensino médio e Geografia.

A pesquisa foi dividida em três etapas: A primeira etapa consistiu na coleta de dados por meio de materiais já publicados na literatura, estes contam com trabalhos científicos pautados na temática abordada, que nesse caso é acerca dos impactos ocasionados no ensino de Geografia através da proposta do novo ensino médio, foi nessa etapa que ocorreu a filtração dos materiais encontrados. Após a pesquisa desses materiais, houve a segunda fase, que foi a leitura e fichamento do material selecionado, e por último, a análise dos dados encontrados.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será abordado assuntos teóricos pertinentes ao tema da pesquisa. Esse, se trata de uma revisão da literatura acerca do tema em questão e está dividido nos seguintes tópicos: Conceito de impacto, Legislação pertinente a educação básica no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a proposta do novo ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular. A sequência de conteúdo apresentada a seguir auxílio na compreensão da temática abordada durante o trabalho.

### 4.1 CONCEITO DE IMPACTO

Impacto é definido, de forma abrangente, como sendo os “efeitos de longo prazo, tanto positivos como negativos, primários e secundários, produzidos por uma intervenção de desenvolvimento, previstos ou não”. Entendido desta forma, como afirma Van der Berg, o impacto “não é definido como uma relação, mas como um tipo de estado final ou uma fotografia dos efeitos passado bastante tempo depois do fim da intervenção” (BERG, 2011).

Do latim tardio *impactus*, a palavra impacto pode ter seu sentido alterado de acordo com a situação em que se utiliza. Impacto pode ser um choque entre objetos, o choque que uma pessoa sente ao ouvir uma notícia triste ou ruim, entre outros. Segundo o dicionário online de português, impacto também pode ser definido como a influência ou efeito de algo em uma ação, o que se encaixa perfeitamente no presente artigo, que busca verificar os efeitos que as mudanças feitas na educação causam ensino da Geografia, e o impacto dessas mudanças no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Trata-se de uma relação causal sobre a ação que modificou a educação e o que essa mudança ocasionou.

### 4.2 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Em 1930 foi criado o primeiro ministério da Educação, com a função de “despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930). A primeira reforma na educação realizada no período Vargas foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico,

implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Em 1931 é criado CNE, Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos “assuntos relativos ao ensino” (Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931), que tinha como primeiro ministro da Educação o Mineiro Francisco Campos, responsável. No ano seguinte foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propõe um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até os 18 anos.

A educação é definida constitucionalmente como direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, em 1934. No ano de 1937 foi publicada a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que estabelece uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, a começar pelo próprio nome do então Ministério da Educação e Saúde Pública, que passa a ser designado Ministério da Educação e Saúde, e também foi criado o Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937), com o objetivo de incentivar a produção e distribuição de obras de interesse cultural ou didático. O Instituto Nacional de Pedagogia passa a ser denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sendo nomeado para a sua direção o professor Lourenço Filho no ano de 1938.

A organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), que instituiu no Brasil o sistema educacional de três graus, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). Em 3 de outubro de 1945 é inaugurado no Rio de Janeiro o edifício-sede do Ministério da Educação e da Saúde. A organização do sistema educacional iniciada em 1942 é assegurada com a publicação das leis orgânicas do ensino primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946) e do ensino normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946).

Pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). No âmbito do Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959, são lançadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Sancionada em 20 de dezembro de 1961 a Lei nº 4.024, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Aprovado em 1962 pelo Conselho Federal de Educação o primeiro Plano

Nacional de Educação (PNE), um conjunto de metas quantitativas e qualitativas para serem cumpridas no prazo de oito anos. Já no ano de 1965 houve a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa (Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967), que tinha por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa.

Em 1971 fixada as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), que tinha por objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas surgiu em 1998.

Aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), com duração de 10 anos, ficando os Estados e os Municípios a partir de então com a incumbência de elaborar os planos decenais correspondentes. Em 2006 foi instituído o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade (Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006). E o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI-2009) para apoiar e fortalecer os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional (Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009).

A educação no Brasil é assegurada através do documento supremo que rege a sociedade brasileira: A Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205 garante a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Somente em 1996 foi promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação.

A educação básica é organizada em ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Diversas leis foram criadas a fim de organizar e estabelecer um

ensino melhor para todos. A atual LDB (9.394/96), sancionada em 1961, que outrora se tratava da lei nº 4.024 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, é umas das leis de mais relevância tanto para a sociedade como para a educação. Dentre os diversos benefícios e novidades que ela trouxe, assegurou o direito à educação com recursos do Estado e determinou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações que busca orientar acerca dos princípios da educação e legitimar o direito e acesso à educação aos estudantes brasileiros, tornando a educação pública acessível a todos.

Diversos documentos que norteiam e auxiliam os gestores na administração da educação escolar foram e são de grande importância para a educação, e quem merece também destaque é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo lançado em 2015, mas só foi homologado em 2017, orienta os gestores escolares e docentes na criação de currículos acadêmicos, em que seu desenvolvimento é pautado em competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes através dos conteúdos de cada área do conhecimento. Em 2018 foi instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), com a finalidade de apoiar Estados e Municípios no processo de revisão ou elaboração e implementação dos currículos alinhados a BNCC (Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018). Tudo isso mostra um processo de evolução constante quanto a educação, e a importância de políticas que buscam e se preocupam com o desenvolvimento social e moral dos alunos, mas as vezes isso acaba sendo deixado de lado por ignorância ou falta de interesse na sociedade mesmo, como é o caso da reforma do novo ensino médio, que satisfaz apenas os maiores, enquanto os que mais precisam são prejudicados.

#### 4.3 A LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento normativo definido na Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), responsável por nortear e orientar os currículos das redes e sistemas de ensino das Unidades Federativas do país, assim como fundamenta as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Dessa forma, o art. 3º da LDB fala dos princípios da educação, que são responsáveis por denotar valores que norteiam a educação básica brasileira. Eles são pautados em demonstrar compromisso com a equidade, a diversidade, a inclusão, a participação democrática e a qualidade na educação, buscando garantir um ensino que atenda às necessidades e peculiaridades de todos os estudantes, respeitando sua individualidade e promovendo uma formação integral. Os princípios mencionados na LDB são:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (BRASIL, 1996, p. 1-2).

O primeiro princípio destaca a importância da igualdade de condições no acesso e na permanência na escola, enfatizando a necessidade de eliminar as barreiras que possam impedir ou dificultar o acesso dos estudantes à educação. O segundo princípio ressalta a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Isso destaca a importância da autonomia e da pluralidade de ideias no ambiente educacional, promovendo um ensino aberto ao debate e à diversidade de conhecimentos.

O terceiro princípio destaca o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, reconhecendo que existem diferentes abordagens e metodologias que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. O quarto princípio ressalta o respeito à liberdade e à tolerância, valorizando o diálogo, o respeito às diferenças e a construção de uma convivência pacífica e harmoniosa no ambiente escolar.

Os princípios subsequentes destacam a importância da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática do ensino, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, a consideração com a diversidade étnico-racial, a garantia do direito

à educação ao longo da vida e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Para cumprir as exigências da nova BNCC e do Novo Ensino Médio, no ano de 2017, foram reformulados diversos documentos da educação. Dessa forma, a reformulação da lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a LDB modificou-se para trabalhar em consonância com a BNCC, a partir de mudanças nos números de horas anuais, currículos e formação pedagógica para o novo ensino médio.

A responsabilidade do ensino médio público é dos Estados, porém também é dever da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da Constituição Federal de 1988). Daí também surge uma nova problemática em relação ao novo ensino médio, segundo Lima Junior (2022) aponta que nessa reforma não houve sequer consultas públicas à população ou aos profissionais da educação, por este motivo, professores e pais realizaram diversas críticas a essa reforma.

A proposta do novo ensino médio foi apresentada de forma autoritária, exigindo de alunos e profissionais a adesão de um ensino totalmente contrário ao que possuíam. Vale lembrar que as escolas particulares não aderiram a esse novo ensino, comprovando mais uma vez a falta de credibilidade e eficácia que este ensino possui, e a capitalização, privatização do ensino.

#### 4.4 A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC

O Ensino médio consiste em umas das etapas da educação básica antes da lei nº 13.415/2017, que seguia rigorosamente as resoluções contidas nos artigos da LDB, baseando-se nos princípios formadores do cidadão brasileiro, ele objetiva-se em promover o acesso e a qualidade de ensino aos estudantes, sua duração deve ser de três anos, geralmente é composto por adolescentes entre 15 a 17 anos, que concluíram o ensino fundamental, e possui algumas finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos

produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996)

O novo ensino médio teve início em 2022, então a ideia é que em 2024 os alunos concluam o ensino médio já através do novo sistema imposto pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A carga horária dos alunos era de 2.400 horas obrigatórias ao longo dos 3 anos cursando o ensino médio, com as mudanças da nova lei passou a ser 3.000 horas obrigatórias, divididas da seguinte forma; 1.800 horas serão reservadas para os estudos das áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 60% dos 3 anos de ensino. O restante, 1.200 horas, deverão ser dedicadas aos itinerários formativos, que se trata das aulas escolhidas pelo aluno conforme se identificarem com seu objetivo de vida ou carreira.

Essas mudanças foram feitas a fim de trazer conhecimentos atualizados e adequados sobre o mercado de trabalho para os estudantes, para lhes garantir autonomia e confiança na hora de escolher o que querem ou não fazer da sua vida profissional, tendo em vista a indecisão e falta de conhecimento que os alunos possuíam nesse âmbito quando concluíam o ensino médio. Porém o novo ensino médio ainda é frágil em seus aspectos formais e apresenta desafios para sua realização, tanto para professores, como para alunos e pais.

Na prática, contudo, o ensino médio continua voltado principalmente para o mercado de trabalho, variando seu foco entre a preparação para a universidade e para a carreira profissional. Esse é o contexto em que se gestou, no Brasil, a reforma do ensino médio (Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Sendo assim;

A Reforma leva o pêndulo do ensino médio para o lado oposto. Flexibiliza-o, ao mesmo tempo em que expande as possibilidades de oferta de formação profissionalizante para inserção do jovem no mercado de trabalho. As formas de viabilizar as novas propostas, entretanto, não se encontram claramente definidas na base legal (Bassi, Codes e Araújo, 2017).

O novo ensino médio instituir o ensino em tempo integral gera a reflexão de outra problemática, tendo em vista que tomará mais tempo dos jovens a fim de lhes preparar o campo de trabalho, esses jovens, em parte, trabalham porque são filhos da classe trabalhadora. Como nos lembram Sala e Paris (2016):

[...] o Ensino Médio em Tempo Integral, já defendido por Dilma e agora imposto por Temer, acaba por ter um efeito bastante perverso: ele precariza, sobretudo, a educação escolar da juventude trabalhadora, que

terá que frequentar um ensino noturno ainda mais distante da realidade dos cursos diurnos e em tempo integral [...] (p.12)

Mais uma vez demonstrando que o novo ensino médio aprofunda ainda mais a desigualdade, pois a classe trabalhadora terá que trabalhar mais enquanto que as classe mais alta terá a opção de colocar seus filhos em escolas privadas que não aderiram ao novo ensino médio.

Uma das problemáticas que podem ser observadas através do novo ensino médio, é que ela não foi feita pensando nas cidades de pequeno porte, já que algumas cidades possuem apenas uma escola que oferta o ensino médio, e a maioria funcionam os três horários, o que ocasiona um mal-estar quanto a infraestrutura dessas escolas, já que são feitas para suportar tantas aulas em cada horário, o que demandará aumento da infraestrutura e número de profissionais.

Duarte e Melo (2013), “a efetivação de uma educação de mais qualidade envolve múltiplas variáveis, de ordem estrutural e histórica, relativas à organização do trabalho escolar e às condições de trabalho docente”.

E os jovens que possuem uma realidade bem diferente e distante da realidade dos governantes que propuseram tais mudanças sem ao menos pensar, nas mães ou pais solos que tem um filho (a) que precisam trabalhar em algum horário para poderem ajudar nas despesas de casa, já que nem todo mundo possui uma vida “fácil”, o que já nos traz outra preocupação, a quantidade de jovens que precisam sair da escola para poderem ajudar no seu lar. Segundo um estudo inédito realizado para o UNICEF em 2022, 2 milhões de meninas e meninos de 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica deixaram a escola no Brasil, essa pesquisa foi realizada pelo IPEC e mostra também que o número de meninos e meninas que não frequentam a escola são os mais vulneráveis, ficando o entendimento que o novo ensino médio não foi pensado nesses jovens, já que agora eles devem optar pelo sustento ou pelo estudo com carga horária mais ampla, já que não lhes deram nem a chance de escolher o que achavam melhor para si.

Isso revela um falso discurso sobre democracia e igualdade, propondo um ensino médio mais “atrativo”, quando na verdade só aprofunda a desigualdade, e tenta esconder os interesses próprios dos responsáveis por esse novo ensino e o intuito de beneficiar a “alta renda”.

Daniel Cara afirma que o Novo Ensino Médio está morto e já não sobrevive mais, para o especialista, o modelo enfrenta 99,9% de rejeição da comunidade educacional formada pela rede pública. (Daniel Cara,2023)

Mas a principal problemática trazida por essas mudanças feitas no ensino médio, foi a tentativa de excluir o ensino da Geografia, já que com as mudanças a BNCC não possui mais uma parte do documento para conceitos específicos das disciplinas reunidas nesta matéria, embora repita, não conceitua, de fato, alguns dos conceitos das importantes áreas que já foram definidos especificamente anteriormente, como sociedade, lugar (“local”), região (“regional”), território (“territorialidade”), espaço (“espacialidade”) e tempo (“temporalidade”), o que acaba por prejudicar o ensino sob a perspectiva do raciocínio geográfico e distinguir suas particularidades.

Além disso, o ensino da Geografia possibilita aos educandos a compreensão de sua posição nas relações da sociedade com a natureza; bem como suas ações, individuais ou coletivas, emitem consequências tanto para si como para a sociedade. Dessa forma;

De modo similar, permite que adquiram conhecimentos para compreender as diferentes relações estabelecidas na construção do espaço geográfico onde se encontram inseridos, enquanto sujeitos, tanto no contexto local como mundial (BRASIL, 1998).

A citação acima destaca a importância da educação geográfica na formação dos estudantes. Ela ressalta que o ensino dessa disciplina permite aos alunos adquirir conhecimentos necessários para compreender as diversas interações presentes na construção do espaço geográfico em que vivem, tanto em nível local quanto global, enfatiza também a importância do ensino de Geografia na compreensão das relações espaciais e contribui para a construção de uma consciência geográfica mais ampla nos estudantes.

Então a exclusão desta disciplina demonstra um desinteresse dos responsáveis pelo novo ensino médio de ensinar aos jovens valores e questões sociais importantes para o seu conhecimento, demonstrando assim que o interesse maior desses governantes não é criar jovens sábios e que possuem opiniões próprias sobre determinados fatos e sim apenas lhes preparar para o mercado de trabalho para que eles esqueçam o mais importante, o saber que gera poder e conhecimento.

## **5 IMPACTOS DA PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA**

Esse capítulo abordará os principais impactos ocasionados no ensino de Geografia em decorrência da proposta do novo ensino médio. Ele está dividido em cinco tópicos: Processo de construção curricular; Flexibilização curricular dos estudantes; Interdisciplinaridade, competências e habilidade; Desafios na implementação do novo ensino médio e Formação dos docentes para lecionar o novo ensino médio.

### **5.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR**

O processo de construção curricular do Novo Ensino Médio envolve sete ações: escrita da Formação Geral Básica, Consulta pública da Formação Geral Básica, escrita dos Itinerários Formativos, consulta pública dos Itinerários Formativos, revisão final do currículo, entrega do currículo ao Conselho Estadual de Educação e homologação do currículo.

Entretanto a consulta pública, não ocorreu na prática, mesmo após a implementação do novo ensino médio, e somente agora, no ano de 2013 o MEC decidiu prorrogar a consulta pública até o dia 5 de julho, com o intuito de ampliar o debate sobre a implementação do novo ensino médio, o que deveria ocorrer antes de sua implementação, demonstrando uma grande falta de respeito e de credibilidade quanto a educação e os educandos.

A formação geral básica (FGB) é o principal elemento da parte comum do novo ensino médio, é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, que são obrigatórias para todas as escolas do Brasil, e corresponde a 60% da carga horário do novo ensino médio. Entre as principais matérias que deveriam fazer parte da FGB está a Geografia, que deveria ser tratada como umas das prioritárias do novo ensino, porém vem sendo negligenciada e desvalorizada com o novo ensino médio.

Os Itinerários Formativos, com duração mínima de 1.200 horas, são de livre escolha dos estudantes e têm o propósito de aprofundar e ampliar as aprendizagens da Formação Geral, consolidar o desenvolvimento integral, promover valores universais (ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade) e desenvolver competências para o século 21. Para tanto, devem

promover a aprendizagem das habilidades dos eixos estruturantes previstos nos Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos. Porém deve ser frisado que os alunos possuem um futuro incerto, os seus ideais e opiniões podem mudar com o tempo, por isso, mais um erro trazido pelo novo ensino médio é a livre escolha dos itinerários formativos, que pode lhes causar certa preocupação e incertezas maiores futuramente no estudantes, já que terão que tomar uma decisão importante tão cedo. Tudo isso em busca de preparar o aluno para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos. Para tanto;

Essas experiências, como apontado, favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível (BNCC, 2018).

Esse trecho destaca a importância de proporcionar aos jovens uma formação que vai além da profissionalização imediata. Ela ressalta que a preparação básica para o trabalho e a cidadania não devem se limitar a atender as demandas do mercado de trabalho de forma precária ou precoce. Pelo contrário, é necessário desenvolver competências que permitam aos estudantes se inserirem de maneira ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível. Porém essa preocupação não é o suficiente para formar jovens mais responsáveis e competentes, é apenas uma tentativa de mascarar interesses próprios e não coletivos. “O maior erro dessa reforma de ensino é que ela acha que pelo currículo resolve os problemas estruturais da educação brasileira.

Parece que preparar um jovem para o mercado de trabalho é mais fácil do que o preparar para a vida, pois o ensino da Geografia prepara o jovem para lidar com problemas sociais e desenvolver opiniões através dela, então o menosprezo por essa matéria mostra o quanto à preocupação principal não é criar jovens melhores, e sim menos críticos para assim poderem manipula-los facilmente. É preciso evidenciar de todas as formas como a falta desta disciplina pode prejudicar a vida e o desenvolvimento da sociedade.

## 5.2 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DOS ESTUDANTES

Outra mudança significativa, e que gerou mais debates sobre a nova BNCC, foi o ajuste dos componentes curriculares em itinerários formativos, havendo modificação na LDB, no Art. 36, alterado pela Lei nº 13.415/2017, e posta na BNCC-EM, que agora possui os seguintes itinerários formativos: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2018). Na Figura 1 está sendo representada a organização dos itinerários.

Os itinerários formativos são uma das principais características do novo ensino médio. Eles representam uma mudança significativa na forma como os estudantes podem personalizar sua educação de acordo com seus interesses, aptidões e objetivos futuros. Esses itinerários oferecem diferentes conjuntos de disciplinas e conteúdo que permitem aos estudantes aprofundar-se em áreas específicas do conhecimento.

**Figura 1** – Itinerários formativos e as competências gerais.



**Fonte:** Brasil, 2018.

No novo ensino médio deixou de existir o componente curricular de Geografia, o seu conteúdo está integrado em forma de conceitos e temas na Áreas de Ciências

Humanas e sociais aplicadas, a ciência começou a integrar com as antigas matérias de História, Sociologia e Filosofia, o que impõe uma nova realidade quanto a aplicabilidade do conteúdo, pois são matérias que tratam de perspectivas totalmente opostas o que gera uma certa dificuldade no ensino da Geografia e faz com que ela, venha perdendo espaço como disciplina, em face da redução da carga horária (ALBUQUERQUE, 2021), e isso gerou desconforto e preocupação em pais e professores pois a Geografia é uma ciência fundamental para a compreensão de questões socioeconômicas e ambientais.

Callai (2000) reforça a ideia de, para que o aluno construa seu conhecimento a partir do conteúdo trabalhado na disciplina de Geografia é necessário que o professor desperte para aprender a pensar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e pelo professor, o educando elabore o seu próprio conhecimento.

A reforma também ocasionou a tentativa de excluir os componentes de Sociologia e Filosofia, com a MP 746/2016, e há o risco de eles serem excluídos e isso poderá refletir também na Geografia, como já dito anteriormente.

Desdobramentos desta reforma para o ensino da Geografia em nível médio estão ligados à extinção das disciplinas das ciências humanas que, além de não serem obrigatórias, passam a ser uma área de formação, pulverizando e precarizando suas contribuições na formação dos educandos (Angepe, 2021)

Nesse sentido, Siqueira (2019) verificou que por não aparecer como componente curricular obrigatório no referido documento, a Geografia passa por um processo de exclusão curricular. Além de não ser apresentada como um componente curricular obrigatório, nas aprendizagens essenciais definidas pela BNCC (BRASIL, 2018) para o Ensino Médio, a Geografia, diferente dos demais componentes curriculares, novamente não é citada. O que o texto da BNCC (BRASIL, 2018) traz, referente aos saberes geográficos essenciais para a formação básica, que estes se constituem como “conhecimentos do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 2018, p. 476). Logo a desvalorização dessa matéria é aparente, o que vislumbra uma nova realidade no ensino.

Desse modo vimos que o ensino da Geografia enfrenta algumas dificuldades em relação ao seu conteúdo e aplicabilidade segundo o novo ensino médio, além disso por não constituir uma matéria obrigatória muitos alunos poderão não optar por

ela, o que gera um certo desconforto e preocupação em professores, e pais em qual será o rumo desse componente, que é visto como de grande importância para o desenvolvimento social do aluno, pois graças a Geografia é possível entender as transformações do espaço e das relações do homem com a natureza englobando outros diferentes âmbitos. Sendo assim, Braga diz que;

Esse aspecto é muito importante, pois a história da Geografia, como de todas as ciências, é parte da história de toda a sociedade, dos conflitos, dos interesses contraditórios etc. e o professor precisa compreender essas relações para se posicionar frente a disciplina de Geografia e frente ao seu espaço, ao seu mundo.  
(BRAGA, 2006 p. 30).

É importante agora compreender quais os caminhos o ensino de Geografia poderá conduzir com o novo arranjo curricular no Ensino. É visível que os professores enfrentam desafios quanto à construção de planos de aulas em relação ao novo ensino da Geografia, pois o itinerário formativo depende muito da metodologia e esforço de professores e alunos para a formação de eixos condutores, como investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e outros fatores que auxiliam em um ensino geográfico mais adequado. Nesse sentido;

O momento atual carece de muitas reflexões, os desafios da Geografia escolar no Ensino Médio, qual apresentado pela nova Base Nacional Comum Curricular, documento oficial dividido em quatro grandes áreas, onde a Geografia como disciplina passa a fazer parte do conjunto de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tendo implicações bastante contraditória acerca das categorias conceituais do seu objeto de estudo no ensino médio (PINTO; CARNEIRO, 2019, p.4).

A questão é que a metodologia utilizada na Geografia está cada vez menos atrativa para os jovens no ensino médio, por isso a preocupação quanto a desvalorização dessa ciência e os questionamentos como o de Pinto e Carneiro:

Para onde vai este ensino? Será que essa disciplina vai perder a sua legitimidade escolar? E o conhecimento do espaço geográfico, a partir de suas categorias de análises—lugar, território, região e paisagem, qual outra disciplina terá a autonomia para discuti-las? (PINTO; CARNEIRO, 2019, p.4).

Por isso a importância de orientar alunos, pais e professores a trabalhar e valorizar a noção de espaço, tempo e lugar, e aprimorar o conhecimento quanto a liberdade e diferenças das minorias, para que sejam atraídos a compreender a importância desse método para o desenvolvimento social de cada um. Paul Claval (2010) relaciona a Geografia à experiência no mundo, representada na forma como

nomeamos as coisas, como organizamos a vida, como estabelecemos o contato com os outros homens e mulheres, como pensamos a nossa relação com a natureza. Por isso deve ser analisada de forma mais complexa quanto a sua aplicabilidade e obrigatoriedade no ensino, pois a Geografia ensina o mundo e dá valor à sociedade.

### 5.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES SOBRE O ENSINO

A BNCC traz algumas competências sobre o ensino da Geografia que devem ser aplicados, por exemplo, a competência dos itinerários das ciências humanas, estas estão acompanhadas de habilidade de devem ser trabalhadas nos estudantes, desse modo, essas habilidades dentro de cada competência mostra a preocupação em prepara os estudantes do ensino médio com conhecimento específicos através de uma metodologia baseada em cada competência. Essas competências estão apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2** – Competências específicas de ciências humanas e sociais

<b>COMPETÊNCIA ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO</b>	
<b>Competência 1</b>	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
<b>Competência 2</b>	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-Nações.
<b>Competência 3</b>	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vista à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
<b>Competência 4</b>	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
<b>Competência 5</b>	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

<b>Competência 6</b>	Participar do debate público de forma crítica, respeitando as diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade
----------------------	---

Fonte: Adaptado. Brasil, 2018.

Na primeira competência, é destacada a importância de analisar os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em diferentes escalas e tempos, utilizando abordagens epistemológicas, científicas e tecnológicas diversas. Isso permite compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos, considerando múltiplos pontos de vista e tomando decisões embasadas em argumentos e fontes científicas.

Na segunda competência, a análise da formação de territórios e fronteiras é ressaltada como uma chave para compreender as relações de poder que moldam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-Nações. Isso envolve entender como as disputas pelo controle de territórios influenciam as relações políticas e sociais.

Na terceira competência, destaca-se a importância de analisar criticamente as relações entre os diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza, incluindo a produção, distribuição e consumo. Isso implica avaliar os impactos econômicos e socioambientais dessas relações e buscar alternativas que promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em diferentes níveis.

Na quarta competência, a análise das relações de produção, capital e trabalho é abordada como uma forma de compreender como essas relações moldam as sociedades em diferentes territórios, contextos e culturas. Isso envolve discutir o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das estruturas sociais.

Na quinta, destaca-se a importância de identificar e combater as formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. Isso enfatiza a responsabilidade dos estudantes em contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Na última e sexta competência, ressalta-se a importância de participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida de cada indivíduo. Isso

envolve o desenvolvimento da liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade na participação ativa na sociedade.

Porém na prática a opinião própria, e as críticas realizadas não são bem vindas, fazer um jovem escolher entre identificar e combater as diversas formas de injustiça ou participar de debates públicos de forma crítica, não aparenta justo, já que o ensino da Geografia é um conjunto, que possui diversas competências que unidas formam jovens críticos e sábios quanto a diversos assuntos importantes para o seu desenvolvimento pleno e eficaz. Construir uma educação onde os jovens tenham o domínio de impor a sua opinião não é o foco, por isso a importância de questionar um método de ensino atrasado e prejudicial para a educação, e buscar formas de se consolidar um ensino mais democrático.

#### 5.4 FORMAÇÃO DOS DOCENTES PARA LECIONAR NO ENSINO MÉDIO

A educação básica é a principal fonte que auxilia na formação dos jovens, o ensino médio como último recurso dessa fonte, deve ter uma gestão educacional mais ampla e voltada principalmente para o preparo desse jovem para enfrentar problemas sociais diversos, não somente prepara-lo para o trabalho como é proposto com o novo ensino. Por isso uma gestão que se preocupa com o bem estar dos jovens é de suma importância, além das políticas adotadas pelas escolas, os professores também devem adotar metodologias que abranjam todas as ferramentas para eles disponíveis e devem analisar de forma mais crítica os processos que utilizam para transmitir o conhecimento para os alunos, pois isso garante que o ensino e a aprendizagem fluam da melhor forma possível.

As reformas educacionais e as novas regulações acrescidas da ampliação de vagas na educação básica sobrecarregaram o docente, atribuindo-lhe mais responsabilidade, além das relacionadas à sala de aula (Oliveira, 2006). O aumento de tais demandas tem mostrado a necessidade de uma formação mais adequada dos profissionais do ensino médio, e essa ideia é reforçada pela LDB 9394/96, que indica que há a necessidade de uma busca por cursos de formação inicial em nível superior.

Porém, o número de professores do ensino médio que não possuem formação adequada, como diplomas de graduação ou licenciatura na sua área, ou alguns possuem e não lecionam na área que estudaram para lecionar é

preocupante. Dados do INPE/2019 mostram que 25% dos professores possuem licenciatura, mas lecionam em outra área, e 2,5% nem possuem curso superior no Brasil, o que traz certa preocupação em relação ao que é passado para os alunos. Segundo Novoa;

[...] necessidade de construir uma visão dos professores como profissionais reflexivos, que rompa com determinações estritas ao nível da regulação da atividade docente e supere uma relação linear (e unívoca) entre o conhecimento científico-curricular e as práticas escolares. Os professores devem possuir capacidades de autodesenvolvimento reflexivo, que sirvam de suporte ao conjunto de decisões que são chamados a tomar no dia-a-dia, no interior da sala de aula e no contexto da organização escola. (NÓVOA, 2002, p. 37)

Isso nos alerta para outro problema, o de professores lecionando matérias que não são de seu conhecimento, o que já ocorre, como visto anteriormente, entretanto é um problema que deve ser discutido, já que algumas matérias serão aplicadas de forma conjunta, como a Geografia e a filosofia, causando prejuízo quanto a aprendizagem e aplicabilidade dessas matérias. Não podemos esquecer que as disciplinas acadêmicas, estão ligadas diretamente as disciplinas escolares, e que o fazer pedagógico dos professores só ganha sentido se essa relação entre academia e escola forem indissociadas, tornando a realidade da teoria e da prática uma ação efetiva e afetiva.

Professores no novo ensino médio exige uma atuação mais dinâmica já que vai haver a necessidade de eles realizarem e planejarem suas aulas para ministrar em áreas distintas das que já são de seu conhecimento. Então vários fatores são essenciais para que os docentes se adaptem ao novo ensino médio de forma que os alunos não sejam prejudicados.

Cabe às escolas e os cursos de licenciaturas, que também terão que atualizar sua matriz curricular, engajar os grupos docentes, funcionários, estudantes e familiares para que compreendam, acreditem e colaborem com as mudanças; reformular seu projeto político-pedagógico à luz do Novo Ensino Médio; promover a formação continuada de educadores; rever suas práticas pedagógicas e de gestão; adaptar sua infraestrutura, firmar parcerias locais e acompanhar e aprimorar constantemente o processo de implementação. As escolas não possuem estrutura para o novo ensino médio, os professores não tem apoio para lidarem com tais mudanças, e os estudantes mais vulneráveis não foram prioridade ao decidirem as mudanças que deveriam ser feitas no ensino.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do novo ensino médio no Brasil seria uma oportunidade de transformação e aprimoramento do sistema educacional, porém podemos observar pelo estudo realizado que é somente mais uma tentativa de aumentar a desigualdades e criar jovens menos críticos e responsáveis para com a sociedade.

Vale ressaltar que o Governo Federal anunciou em abril a suspensão do cronograma nacional de implementação do novo ensino médio por 60 dias, para uma consulta pública promovida pelo MEC, para avaliação de reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, o que mostra que sua implementação era e é desnecessária e não eficaz, e evidencia traços de um governo que não pensa no mais importante, o povo, e toma decisões precipitadas sem ao menos questionar a opinião popular, se é que alguma vez importou.

A verdade é que essas mudanças trouxeram consequências negativas, para o jovem e para professores e a disciplina de Geografia, causando um grande desconforto e preocupação com o desenvolvimento futuro dos jovens, e espera-se que com essa suspensão seja visto o quão maléfica essas medidas são, para que assim, seja construída uma sociedade cada vez desempenhada em ofertar educação de qualidade aos jovens.

O novo ensino médio buscava a valorização das competências socioemocionais e habilidades para a vida. Além do desenvolvimento dos conhecimentos acadêmicos, o novo ensino médio buscava fortalecer habilidades como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração, a comunicação e o protagonismo. Na teoria isso contribuiria para uma formação mais completa, preparando os estudantes não apenas para o acesso ao ensino superior, mas também para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Porém essas competências só são reais no papel, enquanto que na realidade o que é demonstrado é a desvalorização de profissionais e o desinteresse total pelos jovens, como observado por Daniel Cara “outro problema concreto é que com essa idade, 15, 16 anos, você não consegue tomar uma decisão sobre o trajeto que vai ter por toda a sua vida. Segmentar tanto a sociedade por esses trajetos. Tomar uma decisão muito cedo de segmentação da sociedade é muito determinista, é muito cruel. Esse modelo gera frustração para os jovens.”

No entanto, é importante ressaltar que a implementação do novo ensino médio enfrenta desafios e demanda um compromisso coletivo. É necessário garantir a formação e valorização dos profissionais da educação, a infraestrutura adequada das escolas, o acesso igualitário e a qualidade do ensino em todas as regiões do país. Além disso, é fundamental que haja uma participação ativa dos estudantes, pais, professores e demais atores envolvidos no processo educativo, visando a construção de um ensino médio cada vez mais inclusivo, democrático e de qualidade, o que não é o caso com o novo ensino médio, já que foi possível observar que os jovens mais vulneráveis e escolas com menos estruturas não foram colocados como obstáculo para a implementação deste novo ensino, mostrando o desinteresse total na realidade da população.

A falta de recursos para as escolas com o novo ensino médio é uma realidade preocupante. A implementação de um currículo mais amplo e integrado exige investimentos adequados para proporcionar uma educação de qualidade aos estudantes. No entanto, muitas instituições de ensino enfrentam desafios financeiros que limitam sua capacidade de oferecer as condições necessárias para um ensino eficaz. A falta de recursos afeta diretamente a infraestrutura escolar, o acesso a materiais didáticos atualizados, a formação e capacitação de professores, bem como a oferta de atividades extracurriculares e recursos tecnológicos.

Na questão dos docentes, há grandes desafios para os professores de Geografia que exercem a profissão há muito tempo, principalmente para os que não usam a tecnologia como principal ferramenta didática no ensino, pois deverão se adaptar as novas orientações para o novo ensino médio. Mediante a isso, tem-se a modificação no currículo do ensino de Geografia, uma vez que a disciplina foi integrada juntamente com outras disciplinas que compõe a área do conhecimento de ciências humanas e sociais.

Em suma, o novo ensino médio no Brasil traz consigo na teoria, a perspectiva de uma educação mais contextualizada, flexível e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio de uma abordagem inovadora, que valoriza a personalização, a interdisciplinaridade e as competências socioemocionais, busca-se formar cidadãos preparados para os desafios e oportunidades do século XXI, mas também há grandes desafios para a sua implementação e para o ensino da Geografia, pois o texto na prática não funciona bem, e muito menos se mostra

inovador e flexível como relatado. Além da desvalorização do ensino da Geografia como é possível observar com a pesquisa realizada.

Portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados e pode-se perceber que a proposta do novo ensino médio no Brasil trouxe impactos negativos no ensino de Geografia, além disso, traz consigo diversas reflexões acerca do sistema da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Maria Adailza M. A **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SEUS IMPACTOS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA**. Canal AGB Seção Recife. Youtube, 16 jul. 2021

ÂMANCIO, Nivânia Menezes. **O “NOVO” ENSINO MÉDIO CONSUBSTANCIADO NA LEI 13.415/17 E NA BNCC: O PRENÚNCIO DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA**/Nivânia Menezes Âmancio-2022

ANDRÉ, Volnei e FASSINI Edí. **REFORMA DO ENSINO MÉDIO: RESGATE HISTÓRICO E ANÁLISE DE POSICIONAMENTOS A RESPEITO DA LEI Nº 13.415/17 POR MEIO DE REVISÃO DE LITERATURA**, 2007.

Base Nacional Comum Curricular: histórico. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>.

BASSI, C.; CODES, A.; ARAÚJO, H. E. **O que muda com a reforma do ensino médio: conhecendo suas alterações, o debate e as lacunas**. Brasília: Ipea, 2017.

BRAGA, Cleonice Maria Barbosa. **Aprender e ensinar Geografia: a visão de egressos do curso de Pedagogia** da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). São Carlos: UFScar, 2006, p. 30;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 de março de 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 de março de 2023

CALLAI, H. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000

CARA, Daniel – Entrevista, **revista O POVO**, 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/novo-ensino-medio-nao-sobrevive-mais-afirma-daniel-cara/>. Acesso em: 14 de maio de 2023

CLAVAL, T. **Terra dos Homens**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/artigo-a-quem-interessa-a-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 01 de março de 2023

DONIZETI, Eduardo – **A Geografia da e na escola: construindo novas agendas de pesquisas e de lutas**. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/13317>. Acesso em: 01 de março de 2023.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 16(2): 156-175, jul./dez. 2018 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar seu projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

LIMA JUNIOR, Guibson da Silva. **A RELEVÂNCIA DO LUGAR E DA PAISAGEM DE ENSINO DE GEOGRAFIA: uma perspectiva sobre o urbano e a cidade.**

MARCOS, Luiz – **O novo ensino médio: uma reflexão crítica.** Disponível em: <https://www.sinteval.org.br/2022/03/artigo-o-novo-ensino-medio-uma-reflexao-critica/>. Acesso em: 01 de março de 2023

MEHANNA, Najla e MENDES, Márcio; **Breve considerações acerca do pensamento geográfico; elementos para análise, Dez/2013**

Nóvoa, A. (2002). **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa.

OLIVEIRA, Anderson Matheus André De. **O ensino de geografia no ensino médio: uma problematização.** Anais ERESPP... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/32941>>. Acesso em: 01 de março de 2023

PAULO, João ;LEITE Angelo ; **NOGUEIRA** Leonardo de Sá e **BRANDÃO** Gilson. **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA: UM OLHAR SOBRE A VALORIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE E A APRENDIZAGEM, 2020**

PINTO, Francisco Ringostar e CARNEIRO Rosalvo Nobre; **O Ensino De Geografia No Século XXI: Práticas E Desafios Do/No Ensino Médio.** Revista Geo Interações, Assú, v.3, n.2, p.3-22, jul./dez. 2019

PONTES, Barbara – **A quem interessa a reforma do novo ensino médio?** Brasil de fato. São Paulo, 2021.

SALA, Mauro; PARIS, Danilo. Reforma do ensino médio: a concepção deles e a nossa., [S. l.]: Esquerda e Diário, 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Reforma-do-Ensino-Medio-a-concepcao-deles-e-a-nossa>. Acesso em: 22 nov. 2021

Scapin, G.J. (2020). **Trabalho pedagógico e formação de professores em Educação Física.** *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 25(269), 49-59. Recuperado de: <https://doi.org/10.46642/efd.v25i269.2054>

SIQUEIRA, A. S. T. Entre os PCNS e a BNCC: **discursos sobre integração curricular na geografia.** 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2019.

SOCIEDADE 5.0: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMOR. RECIFE. VII COINTER PDVL 2020.

SOUZA, M. R. de; PEREIRA, L. da C. P. **O DESAFIO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO E A NOVA BNCC.** Revista de Comunicação Científica, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 112–126, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/5173>. Acesso em: 31 maio. 2023.